

CIÊNCIA E LITERATURA NAS IDEALIZAÇÕES DOS PERFIS FEMININOS DO SERTÃO AO LITORAL: O CASO EXEMPLAR DE AFRÂNIO PEIXOTO.

SCIENCE AND LITERATURE IN THE IDEALIZATION OF FEMALE PROFILES FROM THE BACKLANDS TO THE COST: THE AFRÂNIO PEIXOTO CASE

*Marcos Profeta Ribeiro**

RESUMO

Objetiva-se discutir os “perfis de mulher”, as idealizações e as relações entre ciência e literatura a partir da produção científica e literária de Afrânio Peixoto (1876-1947), enfatizando cenas do romance Sinha Zinha (1929). A proposta é perceber como o cientista-romancista respondeu à crescente inserção das mulheres nos mais diversos setores da vida social no Rio de Janeiro, no início do século XX. Entendemos que ele procurou no sertão baiano a “mulher ideal”, idilicamente pensada como recatada e enclausurada, para normalizar comportamentos femininos “desviantes” presentes nos grandes centros urbanos. O romance Sinha Zinha é apresentado por Afrânio Peixoto como um alerta aos homens, pois mesmo a mais pura mulher pode sucumbir ao amor romântico, causador de crimes em defesa da honra. Daí a necessidade da permanente tutela masculina sobre as mulheres, consideradas por ele como incapazes de racionalizar sentimentos.

PALAVRAS-CHAVES: *Ciência. Literatura. Sertão baiano. Mulheres*

ABSTRACT

The objective is to discuss the “profile of the women”, the idealization and the relations between science and literature starting from the scientific and literary production of Afrânio Peixoto (1876-1947), emphasizing the romantic scenes of Sinha Zinha (1929). The proposal is to notice how the romantic-scientist responded to the crescent insertion of women in diverse sections of social life in Rio de Janeiro, in the beginning of the XX century. We understand that he searched the backlands of Bahia the “ideal women” idyllically thought as demure and cloistered, to normalize feminine behaviors “deviants” presents in the large urban centers. The romance Sinha Zinha is presented by Afrânio Peixoto as an alert to men, because even the most pure of women can succumb to romantic love, which causes crimes in defense of honor. From that thought, permanent guardianship male over the women emerges, who are considered by him as incapable of rationalizing feelings.

KEYWORDS: *Science. Literature. Backlands of Bahia. Women*

* Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Email: marprofeta@hotmail.com

Neste artigo discutiremos os “perfis de mulher”, as idealizações e as relações entre ciência e literatura nas obras de Afrânio Peixoto,¹ especificamente no romance “Sinhazinha” (1929). A escolha deste romance como ponto de análise está pautada em alguns requisitos principais, quais sejam: a localização espaço-temporal da trama; a intencionalidade intrínseca do autor ao elaborar a obra no que se refere aos perfis de mulheres nela retratados; e a suposta existência de uma natureza feminina mais suscetível aos apelos externos.

A trama novelística *Sinhazinha*, ambientada no século XIX, é uma derivação literária de um evento real, do rapto de Pórcia Carolina,² ocorrido nas cercanias da fazenda do Brejo do Campo Sêco, localizada na antiga vila de Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), alto sertão baiano. Essa fazenda pertenceu à família Canguçu, cuja atuação econômica teve grande expressão na localidade ao longo dos séculos XVIII e XIX.³ Na perspectiva do autor, o rapto configurou-se como mote fundamental e caso exemplar para evidenciar todo um conjunto de males derivativos das ações femininas, quando estas não são vigiadas constantemente e não são postas sob a tutela masculina. Construindo personagens femininas recatadas, passivas e conformadas, idealisticamente existentes nos sertões baianos, Afrânio Peixoto objetivou normalizar comportamentos femininos desviantes, presentes nos grandes centros urbanos nas primeiras décadas do século XX. A produção literária e científica do autor esteve inserida no bojo das transformações ocorridas no período.⁴ Contudo, para os fins deste artigo, convém apenas enfatizar a inserção da temática feminina no escopo de sua produção literária, entrelaçando-a, na medida do possível, com alguns aspectos de suas abordagens científicas.

Afrânio Peixoto formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1897, defendendo a tese intitulada “Epilepsia e crime”,⁵ publicada no ano seguinte com prefácio de Nina

1 Segundo Maio (1994, p. 75), “Afrânio Peixoto nasceu em Lençóis, na Chapada Diamantina, 1876. O pai, de ascendência portuguesa, veio do Recôncavo baiano e era comerciante de diamantes. Sua formação escolar inicial sofreu grande influência tanto do pai quanto de uma professora da região. Com a crise da exploração de diamantes, a família Peixoto transferiu-se para Canavieiras, no litoral sul baiano, região de cacau, onde Afrânio Peixoto concluiu o curso primário. Com a ajuda de um preceptor, iniciou o curso de ‘humanidades’. Aos 12 anos incompletos, sob os cuidados de um tio, mudou-se para Salvador no intuito de finalizar os estudos secundários”.

2 Pórcia Carolina da Silva Castro (tia do poeta Castro Alves), era filha do major José Antônio da Silva Castro, o “Periquitão”. Segundo Cotrim (2005, p. 41), “Pórcia se envolveu numa trama amorosa com o jovem Leolino [Pinheiro Canguçu], quando a paixão dos dois jovens não tivera limites. Tudo aconteceu no Sobrado do Brejo, e durou apenas três semanas o romance entre eles, que teve suas consequências por quase cinco anos de lutas renhidas e de bárbaros assassinatos. Foi arrebatada do seio familiar dos Canguçus, pelos cabras da família Moura e Andrada, no dia 16 de dezembro de 1844”.

3 A historiografia tradicional, na esteira de Santos Filho (1956), atribuiu a formação e prosperidade desta fazenda a Miguel Lourenço de Almeida e seus sucessores, todos homens, sobretudo por serem estes os registradores dos livros de razão, que guardavam “todos” os acontecimentos da fazenda. Em nosso estudo (RIBEIRO, 2019), intitulado *Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838)*, questionamos esse exclusivismo, inserido as ações femininas no processo de colonização, formação e administração das fazendas nos sertões baianos.

4 No campo literário, listamos algumas obras: O hinário *Rosa Mística* e os romances *A Esfinge* (1911), *Maria Bonita* (1914), *Fruta do Mato* (1920), *Bugrinha* (1922), *Razões do coração* (1925), *Uma mulher como as outras* (1928) e *Sinhazinha* (1929). Na área da medicina legal, Afrânio Peixoto publicou livros didáticos e científicos, tais como *Medicina Legal* (1910), *Elementos de higiene* (1912), *Psicopatologia forense* (1916), entre outros. IncurSIONOU também nas áreas de história e história da literatura. Sobre a análise das obras científicas de Afrânio Peixoto, ver Renata Silva (2014).

5 Segundo Renata Silva (2014, p. 253-254), a tese de Afrânio Peixoto, publicada em 1898, conforme “recomendação feita por Nina Rodrigues, professor da sessão de medicina pública da referida faculdade [de Medicina da Bahia] [...], discutia a relação entre a epilepsia, considerada como o tipo de degeneração patológica mais violenta, e o crime, manifestação da inadaptação do indivíduo às imposições sociais que também resultaria de processos degenerativos”. Ainda segundo esta pesquisadora,

Rodrigues e Juliano Moreira.⁶ Após sua formatura, publicou alguns ensaios de da medicina legal, inserindo-a nos debates acerca das transformações neste campo, sob influências da medicina experimental. No início de sua carreira, em 1902, transferiu-se para o Rio de Janeiro a fim de concorrer a uma vaga de docente da Faculdade de Medicina da capital (MAIO, 1994). Nesta transferência, as suas redes de relações construídas na Bahia mostraram-se essenciais, como explica Maio (1994, p. 76): “A convite de seu amigo Juliano Moreira, já instalado na cidade, e com o beneplácito do então governador do estado, Severino Vieira, ocupou uma vaga de inspetor sanitário na reforma da saúde pública realizada naquele momento”.

Segundo Moreira e Silva (2016), desde sua transferência para o Rio de Janeiro, Afrânio Peixoto conseguiu conciliar o talento pessoal com os interesses e necessidades da elite dirigente do país naquele momento. Este fato o levou progressivamente aos círculos de poder, inserindo-o nas discussões sobre os projetos dos higienistas e médicos legistas a respeito dos problemas brasileiros. As experiências vivenciadas na capital da república possibilitaram a muitos intelectuais perceber com mais intensidade o turbilhão de mudanças ocorridas na passagem do século XIX para o XX. Segundo Sevcenko, esses homens, “perdidos em seu próprio presente”, procuraram, através de sua escrita, projetar os “indícios de futuro”,

[...] o que, evidentemente, tem efeito reversivo, já que, decretado o desejo de sublimação, o futuro tem o significado de uma metáfora que denuncia os seus anseios, os seus projetos, o seu sentimento e sobretudo a sua impotência diante do presente. [...] O estudo da realidade brasileira tem, pois, também, esse curioso efeito de avaliar a angústia de homens naufragados entre o passado e o presente, à procura de um ponto fixo em que se apoiar. (SEVCENKO, 1999, p. 85)

Na busca incessante desse “ponto fixo”, o Rio de Janeiro apresentou “perspectivas extremamente promissoras”, enquanto centro dos recursos da economia cafeeira e industrial, capital federal e comercial do país (SEVCENKO, 1999). O Brasil, embora ainda fosse um país eminentemente agrário-exportador, presenciou um vertiginoso crescimento urbano-industrial, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Um dos pontos nevrálgicos dessas transformações, oriundas do crescimento urbano industrial no início do século XX, foi o afrouxamento das relações patriarcais tradicionais. Susan Besse (1999) abordou a obsolescência da organização familiar tradicional, no que se refere às definições de gênero em seu interior, como resultantes desse contexto de mudanças. Conforme os estudos dessa pesquisadora, a família patriarcal extensa foi, gradativamente, sendo substituída pelo modelo de família burguesa e urbano. Neste processo, as mulheres, sobretudo as da classe média e alta, “ingressaram na esfera pública em

Afrânio Peixoto dedicou-se ao entendimento da gênese do crime para assim legitimar a “a intervenção médica em casos reconhecidamente da esfera do direito” (SILVA, 2014, p. 261).

⁶ Natural de Salvador-Ba, Juliano Moreira (1873-1932), conforme Venâncio (2005, p. 60), foi um “mestiço de origem pobre” que se doutorou em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1891. Foi diretor do Hospital Nacional de Alienados, em 1903, no contexto das reformas de “saneamento e urbanização da cidade do Rio de Janeiro durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906)”. Nesta instituição, atuou como um “divulgador da psiquiatria científica brasileira tanto no âmbito nacional quanto no panorama internacional” (VENÂNCIO, 2005, p. 61).

grande variedade de novos papéis” (BESSE, 1999, p. 20). Uma soma de fatores responsáveis pelas mudanças de comportamentos foi identificada por esta historiadora, especialmente em relação às camadas altas e médias da sociedade, tais como “desvalorização econômica e social do trabalho doméstico”, “oportunidades educacionais e profissionais em expansão”, “novos tipos de recreação” e “acesso imediato, por via de meios de comunicação, a imagens, modos de ser e valores estrangeiros” (BESSE, 1999, p. 20).

Na esteira dessas transformações vividas nos grandes centros, a presença feminina esteve na ordem do dia para muitos intelectuais preocupados com a dissolução da família, local consagrado, tradicionalmente reservado às mulheres. Nesse sentido, um vasto quadro de teóricos se dedicou à discussão sobre a presença feminina nas cidades. Dentre eles, educadores, médicos, psiquiatras e juristas, preocupados em normalizar e padronizar comportamentos e saúde, defendendo a “honra sexual” e moral e combatendo o “amor passionai”, origem de crimes sangrentos, bastante recorrente nas cidades.

Nesse contexto de profundas agitações sociais, crescimento urbano e transformações no interior das famílias, surgiu o discurso prescrito na “figura da mulher bem-educada como alicerce de uma boa estrutura familiar, obedecendo ao marido e cuidando dos filhos” (MOREIRA; SILVA, 2016, p. 313).

Afrânio Peixoto respondeu às transformações em curso no interior das famílias procurando alinhar sua formação de cientista com a literatura. Desde sua transferência para o Rio de Janeiro, os círculos de amizades construídas, tanto na Bahia quanto na capital, foram fundamentais para a divulgação das suas obras científicas e literárias. A partir dessas relações pessoais, este cientista-romancista passou a pertencer a uma elite intelectual sequiosa por influenciar as políticas públicas na área de higiene e medicina legal e disciplinar comportamentos nos centros urbanos.

Para consecução dessas influências foi necessário, para esta elite intelectual, “definir seus papéis no campo de produção cultural”, como destaca Renata Prudêncio da Silva (2014, p. 34), através de atuações em duas frentes, mediante a melhor inserção nos âmbitos governamentais e nos meios de divulgação dos saberes científicos a partir de estratégias bem definidas. Nesse contexto, os debates em torno das delimitações entre o mundo das ciências e o mundo da literatura estiveram presentes durante os primeiros anos do século XX:

De um lado estavam aqueles que afirmavam a diferença entre estes campos de produção do conhecimento, mas que ainda assim consideravam possível a um mesmo indivíduo contribuir para esses dois mundos. De outro lado encontramos aqueles que se alinhavam à concepção de que haveria sim uma diferenciação entre arte e ciência, e que tal diferença tornava inconciliável a um mesmo indivíduo produzir para os dois mundos. A partir da segunda década do século XX é possível apreendermos uma ênfase crescente desta segunda posição, antagonizando as figuras do literato e do cientista, e intensificando a contraposição destas arenas de produção (SILVA, 2014 p. 44).

Para Renata Prudêncio da Silva, Afrânio Peixoto soube caminhar entre a ciência e a literatura. Assim, a despeito dessa oposição, utilizou os dois campos do conhecimento como forma de disseminar suas pesquisas e produção literária. Assim como muitos outros, ele fez parte de um conjunto de

intelectuais que produziram “interpretações sobre a realidade social do Brasil” (SILVA, 2014, p. 40), calcados na perspectiva de resolver problemas oriundos de um passado recente relacionado à escravidão e ao regime monárquico.

Analisando a crítica literária nas primeiras décadas do século XX, divulgada em jornais do período, Renata Silva observou que a objetividade da ciência rendeu a Afrânio Peixoto uma escrita literária menos rebuscada e mais direta ao público leitor. De fato, ao compararmos duas de suas obras, *Rosa mística: símbolo trágico* (1900) e *A Esfinge* (1911), é possível perceber uma evolução da escrita:

Estende-se no alto de um azul esmaecido, lavado de uma claridade tibia e moribunda, a beatitude infinita de uma tarde estival... Nenhum sopro agita a laçaria dos ramos verdejantes e das grinaldas floridas (AFRÂNIO, 1900, p. 9).⁷

Com o vapor que se aproximava, crescia a impaciência de Paulo pela terra natal. Pensava seria alívio imediato para o seu sofrimento, encontrar o afago silencioso de coisas vistas e amadas noutra tempo e a alegria simples de gentes conhecidas e tratadas na infância já tão distante (PEIXOTO, 1978, p. 117).⁸

Certamente, a partir desses dois fragmentos podemos perceber o abandono do “exagero poético” para a assunção da escrita mais realista, o que foi bem recebido pela crítica literária do período. Neste ponto, os círculos de amizades construídos lhe renderam ampla divulgação e vendagem das suas obras.⁹ A boa recepção dos textos posteriores à *Rosa Mística* deve-se, também, à estratégia de distribuição de exemplares para os colunistas dos principais jornais do período, fato que lhe conferiu publicidade junto ao público letrado, em especial o feminino. Com o passar do tempo, as estratégias de divulgação foram aperfeiçoadas e os romances passaram a ser divulgados diretamente como propagandas em jornais (SILVA, 2014).

Em relação à temática feminina, o historiador Rodrigo Brasil (2005) identificou algumas transformações entre a literatura romântica do século XIX e a escrita realista de Afrânio Peixoto. Segundo este historiador, nas obras dos românticos,

[...] em sua dupla condição de esposa e mãe, cabia à mulher a missão de repassar ao ambiente doméstico as normas que deveriam civilizar o país e todos os literatos brasileiros de renome do século XIX dedicaram a maior parte de suas obras a ela. Anjo de candura, frágil e meiga como ela só, a mulher será representada nos primórdios de nosso romantismo como uma criatura sublime, quase divina, rainha absoluta da sociedade (BRASIL, 2005, p. 30).

Para este autor, ao papel divinal de mãe e esposa, presente nos romances oitocentistas, a literatura realista de Afrânio Peixoto acrescentaria os elementos de incompreensão e perplexidade a

⁷ Nessa publicação, Afrânio Peixoto utilizou o codinome Júlio Afrânio. Segundo Rodrigo Brasil (2005, p. 31), “o texto foi uma ‘peça inicial de uma tetralogia sobre o sexo feminino’, [...] cujo projeto seria mais tarde renegado pelo autor, [...] figurando em seu lugar o romance *A Esfinge*, onde demonstrará a mesma perplexidade dos realistas diante da mulher, criatura certamente divina, mas incompreensível”.

⁸ O romance foi, originalmente, publicado pelo autor em 1911.

⁹ É preciso mencionar que estes círculos lhe renderam também ampla divulgação dos textos científicos. Conforme Moreira e Silva (2016, p. 314), o livro *Medicina Legal* [1910], “manual amplamente utilizado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi reeditado por mais de três décadas e contabiliza nove edições até 1946”.

respeito do agir feminino na passagem do século XIX para o XX. Em *Rosa mística: símbolo trágico*, esta perplexidade apresentou-se de maneira patente no prólogo da obra:

Desde que me preocupo com esse problema árduo do Feminismo, o mais interessante de quantos turbilhonam a mente contemporânea, uma verdade se me impõe, tenaz, obsedante, e que não tem sido julgada, mesmo pelos que mais adiantados tem roteado o caminho das ideias novas. Esforços generosos de consciências sublimadas debatem-se nessa campanha violenta de reivindicações femininas, mas ante a esphyngue formidável retrahem-se, tomados da covardia das consequências..., philosophos, pensadores, pamphletarios, propagandistas que receiam chegar à última conclusão de uma ideia, a que a lógica os conduziria fatalmente mas de que os afasta a sua meia fé de scepticos e pusillanimes. Realizem-se todas as reformas possíveis, abram-se de par em par as represas de todas as emancipações, e ainda assim, a mulher continuará escrava, pois não teremos abolido a mais pesada de todas as servidões que a degradam – a servidão do amor (AFRÂNIO, 1900).

Nessa peça, a despeito das reivindicações feministas do período, Afrânio Peixoto se propôs a decifrar a “esphyngue formidável”, afirmando ser a mulher prisioneira do amor romântico. Na obra, a personagem Atma representa a flor do templo, “que não se deve poluir” (PEIXOTO, 1900, p. 152), permanecendo, portanto, intocada e imune aos apelos das cidades em ampla expansão. No entanto, antecipando temas a serem abordados em outras obras de sua autoria, Afrânio Peixoto destinou à personagem as armadilhas do “amor indigno”, visto ser as mulheres mais suscetíveis às ilusões do amor. Assim, por ter sucumbido ao sentimento, “Atma, a mulher do futuro, inoportuna num tempo de degradação, só podia degradar-se ou morrer [...]. Atma, inoportuna hoje, renascerá amanhã na mulher ideal para rir a felicidade na Terra” (PEIXOTO, 1900, p. 155).

Neste ponto, discordamos de alguns tópicos das análises empreendidas pelo literato Armando Gens. Sobre o referido prólogo de *Rosa Mística*, este pesquisador afirmou que Afrânio Peixoto (ainda assinando como Júlio Afrânio), teceu um “manifesto feminista”, cuja proposta era

[...] libertar a mulher dessa servidão e para empreender tal tarefa convoca “obreiros” a se lançarem na luta “pela fraternidade moral” que a livrará desse jugo. Sublinhando que haverá uma hora em que o feminino vai conquistar a igualdade, diz que os homens ainda não estão em condições de ver o que ele está divisando (GENS, 2015, p. 91).

Esse autor, embora tenha identificado no hinário de Afrânio Peixoto um endeusamento da figura feminina enquanto “redentora capaz de livrar o mundo de todo mal” (GENS, 2015, p. 95), também percebeu uma intencionalidade de controle e submissão da mulher e não constatou a incompatibilidade de suas análises com a ideia de um suposto “manifesto feminista” do romancista.

Em primeiro lugar, acreditamos que o referido “manifesto feminista” de Afrânio Peixoto se configura como negação das demandas feministas do período e da inserção das mulheres na vida urbana em expansão. Vale ressaltar que, no final do século XIX, as lutas feministas no Brasil podem ser consideradas um reflexo da ampla inserção das mulheres nos setores sociais. A pauta dos movimentos feministas do período incluía o direito ao sufrágio, assim como a luta contra a carestia e por direitos

trabalhistas (COSTA, 2005). Contudo, na perspectiva de Afrânio Peixoto, mesmo com a realização das reformas reivindicadas pelas feministas, “ainda assim, a mulher continuará escrava, pois não teremos abolido a mais pesada de todas as servidões que a degradam – a servidão do amor”. Portanto, no hinário *Rosa Mística* Afrânio Peixoto se coloca como único a perceber a real problemática inerente à existência feminina: sua suscetibilidade natural ao sentimento do amor romântico.

Outro elemento a ser questionado na abordagem de Armando Gens refere-se ao pouco alcance de sua análise quanto ao motivo de Afrânio Peixoto ter renegado a obra *Rosa Mística*. Segundo este teórico, a obra foi abandonada devido a problemas de editoração que certamente prejudicaram a vendagem da obra.¹⁰ Para além desta constatação, podemos inferir que se a obra foi abandonada, isso não se aplica ao conteúdo do discurso e à sua intencionalidade. O projeto do “eterno feminino” e sua obsessão por decifrar a “esphynge formidável” estiveram presentes em outras obras de Afrânio Peixoto.¹¹

É evidente, na escrita literária de Afrânio Peixoto, a continuidade de temas. Tomando como pressuposto a procura do seu ponto fixo (SEVCENKO, 1999) diante das problemáticas de sua época, é possível visualizar tais continuidades enquanto projetos amplamente abordados a partir de seus saberes literários e científicos.

No hinário *Rosa Mística* (1900), a personagem Atma foi morta pelo pai para evitar a sua degradação pelo amor. Em *Sinbazinha* (1929), como veremos adiante, percebemos uma permanência da ideia da fraqueza das mulheres diante do mesmo sentimento. Em uma passagem, o pai, decepcionado por ver a filha apaixonada, disse-lhe: “a culpa é seres mulher, fraca como as outras. Mas és minha filha. Vai. Deus te abençoe”.

A comparação entre os enredos das duas obras permite evidenciar a o propósito de afirmar a redenção da mulher a partir da intervenção masculina, reforçando a necessidade da manutenção da tutela para evitar que ela venha sucumbir ao sentimento. Atma, de *Rosa Mística*, mulher cidadina e corrompida, morreu no presente para renascer na “mulher ideal para rir a felicidade na Terra” (PEIXOTO, 1900, p. 155). Em *Sinbazinha*, após ser enredada pelo amor, a heroína saiu da tutela paterna para, enfim, ter seu destino guiado pelo futuro marido, que haveria de lhe ensinar o amor simples, sem o travo do egoísmo, típico das mulheres (PEIXOTO, 1975).

A “mulher ideal”, na perspectiva de Afrânio Peixoto, não estaria presente nas cidades, mas sim nos sertões. Assim, a continuidade do tema do eterno feminino, desta vez na pele de uma mulher sertaneja, objetiva a aproximação com o ideal do imutável feminino, ainda incólume no sertão, na perspectiva do autor, sobretudo devido ao suposto recato e ao isolamento. Embora portadora de uma

¹⁰ No hinário, antes da página 1, consta uma filipeta de errata, com a seguinte inscrição: “Impressa distante dos carinhos do autor, Rosa Mística nodouu-se de imperfeições várias de pontuação, inversões pronominais, trocas de letras e erros outros, que será difícil apontar, completamente, numa emenda, e para as quais se suplica a indulgência do leitor” (AFRÂNIO, 1900, p. 1). Esta errata também é referenciada por Gens (2015, p. 89).

¹¹ Para explicar esta obsessão, convém recorrer às análises de Coutinho. Segundo este autor, “o simbolismo da esfinge tornou-se [...] o eixo da temática romanesca de Afrânio (COUTINHO, 1962, p. 18).

natureza essencialmente falível, visto não conseguir, autonomamente, manter sua pureza intacta, a mulher sertaneja de Afrânio Peixoto é a pura essência feminina a ser recuperada nas cidades sob a tutela masculina.

Diante da presença de um mundo em transformações, Afrânio Peixoto procurou no sertão baiano o seu ponto fixo e projetou, a partir dele, suas expectativas de mudança para os comportamentos nas cidades. Não foi o único de seu tempo, pois essa projeção esteve associada ao objetivo de estudar a realidade brasileira pelo prisma de um “nacionalismo intelectual” que

[...] não se resumia em um desejo de aplicar ao país as técnicas de conhecimento desenvolvidas na Europa. Mais do que isso, ele significava um empenho sério e consequente de criar um saber próprio sobre o Brasil, na linha das propostas do cientificismo (SEVCENKO, 1999, p. 85).

Enquanto cientista, romancista e pertencente à geração de 1870, Afrânio Peixoto esteve engajado no projeto de “construção de imagens mais reais sobre o Brasil” (SEVCENKO, 1999). Tal como outros intelectuais do período, ele objetivou

[...] apontar quem eram os brasileiros, quais eram as singularidades geográficas da pátria, qual a constituição dos indivíduos e principalmente, como reverter o quadro que inviabilizava a construção de uma grande nação, moderna, saudável e nos trilhos do progresso (SANTOS, 2015, p. 52).

Nesse sentido, sobretudo em relação às singularidades geográficas e à constituição dos brasileiros, podemos perceber aspectos de continuidade entre as obras *A Esfinge* (1911) e *Sinbazinha* (1929). Publicado um ano após seu ingresso na Academia Brasileira de Letras (ABL), onde ocupou a cadeira de Euclides da Cunha, o romance *A Esfinge* possui centralidade na construção de um sertão saudável, avesso ao aspecto doente, propalado com a publicação dos resultados da pesquisa sobre a Doença de Chagas, também conhecida por “Doença dos Sertões” (SANTOS, 2015). Neste romance, o sertão descrito pelo autor continha aspectos idílicos que deveriam nortear o rumo de uma civilização fincada em valores positivos. Assim, “possuía paisagens perfeitas, rios caudalosos e, principalmente, era habitado por uma população simples, batalhadora, saudável e bonita” (SANTOS, 2015, p. 56).

Tanto em *A Esfinge* como em *Sinbazinha*, assim como em outros romances escritos pelo médico-romancista na República Velha, há uma construção literária permeada pelas discussões científicas vivenciadas pelo autor. Muitos aspectos psicológicos de suas personagens, sobretudo as femininas, tais como a insistente passividade e retidão, estão permeados de pedagogismos direcionados a um intento específico: apresentar e representar a mais pura essência do sertão a ser preservado e evidenciado na capital da República como exemplo saudável, bonito e normalizador de comportamentos desviantes das mulheres.

Observando sua vasta bibliografia, composta de obras literárias e intermináveis estudos sobre criminologia e sexologia forense, é possível avaliar uma de suas principais angústias: “o moderno prestígio feminino, e, com ele, esse eterno feminino, o prestígio obsedante do amor até os nossos dias”

(PEIXOTO, 1934, p. 11). Sua projeção de futuro e seus anseios de mudança estiveram pautados, entre outros fatores, pela racionalização dos sentimentos, pela contenção das paixões e disciplina para o agir feminino nas cidades. Tal racionalização somente poderia ser alcançada pelos homens, enquanto naturalmente capazes, derivando desse fato a necessidade constante de domínio sobre as mulheres, naturalmente incapazes de, sozinhas, racionalizar sentimentos.

Afrânio Peixoto publicou algumas obras literárias¹² e muitos estudos relacionados à área de medicina legal e higiene,¹³ entre eles *Sexologia Forense*, de 1934, destinado ao estudo da “virgindade e da morfologia do hímen”.¹⁴ Como médico, fundou, em período anterior, o Serviço de Medicina Legal do Rio de Janeiro, cuja pauta de ação incluía o estudo sobre a “precisão da prova médica da virgindade feminina, ou da sua ausência, nas disputas legais sobre a honra perdida” (CAULFIELD, 2000, p. 52). Diferentemente do que ocorria na Europa, na cultura brasileira e latina, segundo Afrânio Peixoto, havia uma demasiada valorização do hímen e homens matavam e morriam em defesa da honra perdida. Com seus estudos, aliados às pesquisas de outros cientistas forenses, Peixoto liderou a campanha contra a “himenolatria”, combatendo a “preocupação jurídica excessiva com a virgindade fisiológica (em vez da virgindade moral)” e com a honra sexual, considerada por ele como evidência do “atraso nacional” (CAULFIELD, 2000, p. 54). No contexto vivido pelo médico e romancista, havia uma preocupação em proteger e “preservar a honestidade feminina por meio da proteção às famílias” (CAULFIELD, 2000, p. 109). Tais preocupações estão bastante evidentes no romance *Simbaçinha*. Em contraste com os centros urbanos frequentados pelo autor, como Salvador e Rio de Janeiro, o sertão apresentado no romance é avesso à corrupção de valores e à modernidade que tanto degenera as mulheres daqueles centros, “habituada[s] à soltura”, onde

[...] as não inocentes, as maliciosas – *demi-vierges*; perdiam tudo, exceto a integridade do hímen, eram, pois, semi-vingens. [...] Em Copacabana entre rapazes, apontam-se com o dedo ou com o olhar. Têm mesmo um nome de calão: são as “Butantans” (Como explicarei a metáfora? Butantan é um instituto científico, onde se manipulam cobras...). (PEIXOTO, 1934, p. 131).

O sertão do médico-romancista expunha a sua visão sobre a mais pura essência feminina, caracterizada, entre outros elementos, pela retidão, passividade e adesão à proteção masculina. Para além da preservação da virgindade física – “a integridade do hímen” –, a preocupação principal de Peixoto estava relacionada com as artimanhas das mulheres cidadinas, em especial praticadas pelas mulheres no intuito de conseguir casamentos (PEIXOTO, 1934). Assim, ao papel de mãe e esposa devota ao lar, deve ser acrescida às mulheres a missão de moralizar e higienizar a nação. Para tanto, elas deveriam

¹² Conforme Maio (1994, p.77), “a porta de entrada no mundo das letras foi através da aproximação com o mercado editorial. Em suas ‘Memórias’, Afrânio afirma que teria conhecido o livreiro Francisco Alves mediante um convite para que escrevesse um livro didático sobre medicina legal [...] Como se pode verificar, Afrânio encontrou um importante filão financeiro e de embrionário prestígio: o livro didático”.

¹³ Renata Silva (2014, p. 88) registrou para o período compreendido entre os anos de 1900 a 1932, a publicação de seis edições dos livros *Medicina Legal* e *Elementos de higiene*; cinco de *Noções de higiene*; três dos *Psicopatologia forense* e *Minha terra, minha gente*; uma dos *Ensinar a ensinar*, *Noções de história da literatura brasileira* e *Noções de história e literatura geral*. Todas estas obras foram publicadas pela Livraria Francisco Alves.

¹⁴ Segundo Caulfield (2000), Afrânio Peixoto examinou, entre 1907 e 1915, 2.701 himens.

permanecer recônditas no lar, preservando, incólumes, a sua honra e a da família. Nesse ponto, é perceptível uma vinculação, realizada pelo autor, entre sobriedade e castidade e a sexualidade da mulher, que deveria permanecer reclusa a fim de controlar os desejos do seu corpo e não permitir as provocações “demoníacas” (ALGRANTI, 1993).

Então, contra o jogo pernicioso das mulheres da cidade, Afrânio Peixoto clamou pela mudança do Código Penal de 1890, considerado por ele como uma “reminiscência himenolatra”, que “protege a incauta, se é vítima de sedução, fraude, engano”. Contra a himenolatria, o médico-romancista apelou para o bom senso de alguns juízes que, nas três primeiras décadas do século XX, a despeito das indicações legislativas de proteção da virgindade física, “despronunciaram réus de defloração física e material – rotura do hímen – porque a vítima, habituada à soltura, teria todas as facilidades, não se presumindo sedução, fraude, engano – a ‘semi-írgens’ e ‘butantans’” (PEIXOTO, 1934, p. 131).

Afrânio Peixoto, ao equiparar as mulheres cidadinas às cobras do Instituto Butantã, trouxe para o meio científico um conceito recorrente ao senso comum do período. Tal comparação exigiu explicações, solicitadas por seus pares:

A metáfora não foi compreendida, por muitos dos meus correspondentes, que me pediram explicações; alguns até escreveram, confundindo as “butantans” com sodomistas... nada disso. Butantan lembra as cobras; as serpentes são símbolos fálicos (Freud): queria dizer delas que masturbavam aos parceiros... É um mínimo... (PEIXOTO, 1934, p. 131).

Assim, a partir da metáfora, podemos entender a confirmação de uma conceituação de senso comum pela ciência do período. Ambas são carregadas de consideráveis preconceitos e estereótipos sobre as ações femininas, como a existência das mulheres-cobras, por exemplo, a ludibriar os homens, verdadeiras vítimas das artimanhas das “semi-írgens”. Após a explanação de suas ideias sobre a vitimização masculina diante das artimanhas femininas e seus jogos de sedução para conseguir casamentos, Afrânio Peixoto citou uma série de processos-crime, em cujas sentenças houve a intervenção dos “juízes justos”. Transcrevemos um caso:

Sentença do Dr. Eurico Torres Cruz, juiz da 2ª vara Criminal a 8 de setembro de 1926. Caso de defloração. A ofendida depôs que o fato se dera “entre 9 e 10 horas da noite, na sala de visitas, às escuras e sobre uma cadeira de braços estofada; o réu estava sentado em tal cadeira, de altura comum e a ofendida de pé”. “Sem recatos, sem negaças, sem recuos, mas insolentemente destemerosa, marcadamente irrecatada, furiosamente dominadora, que virgindade era esta que por si mesma se desvirginava?” E descreve a vida dissoluta da sociedade e desses pares eróticos, aludindo às promessas de casamento e à sedução: “queiram, ou não, esta é a realidade dos fatos, e quando tal é a realidade não há mais a quem seduzir, nem porque seduzir, nem para que seduzir”. Julga improcedente a denúncia e absolve o réu (PEIXOTO, 1934, p. 131-133. Grifos nossos).

O caso evidencia a ideia da “virgindade que se desvirginava”. Afrânio Peixoto objetivou comprovar a veracidade de sua tese sobre a necessidade de observância do desvirginamento moral das mulheres e da sociedade anteriores ao rompimento físico do hímen. Ao transcrever trechos finais de sentenças é patente sua preocupação com a necessidade de preservação do recato feminino como único

caminho para evitar a degradação moral do par mulher/sociedade. Em suma, o destemor e insolência femininos são “impulsos de sua natureza”, que precisavam ser contidos, normalizados e controlados pelo par homem/Estado.

Os casos jurídicos citados pelo autor, somados às suas análises sobre a himenolatria e a degradação moral das “mulheres soltas”, evidenciam projetos reveladores de um descompasso entre as percepções jurídicas-científicas e as experiências femininas cotidianas, sobretudo das camadas sociais mais baixas da população carioca, no início da República. No centro desse descompasso esteve presente a percepção da honra feminina, cujo conteúdo somente poderia ter algum valor para as autoridades se fosse atrelada ao casamento, à virgindade e ao recato. A partir disso, entende-se a necessidade de algumas jovens cariocas pobres, ao darem queixa da desonra, de convencer os juízes de que possuíam uma concepção de honra fincada na retidão, clausura e passividade (ESTEVEES, 1989). Tarefa difícil, visto que o cotidiano vivido por jovens mulheres pobres as impelia para uma outra concepção de honra, bastante distinta daquela dos juristas e do médico-romancista em questão. Muitas delas, de acordo com Esteves (1989, p. 119),

[...] tinham relações sexuais sem passarem, pelo menos, por um longo namoro. Arriscavam declarar conquistas amorosas, sem perceberem que a passividade deveria ser a marca de seu procedimento. Sentem prazer na relação sexual e procuram esse prazer, quando, na realidade, para médicos e juristas, a maternidade deveria ser o único objetivo. Saíam só e voltavam tarde, não renunciando [e como poderiam?] ao lazer na rua ou à necessidade de sobrevivência. [...] Moças com essa prática não podem ter pensado em casamento ou na perda da virgindade da mesma forma que os juristas.

Ainda segundo Esteves, que analisou diversos processos crime de defloramentos ocorridos nas primeiras décadas da República no Rio de Janeiro, houve uma preocupação dos juristas em delimitar, da maneira mais clara, o “consentimento ao ato sexual através da sedução, engano ou fraude”, presentes no Código Penal de 1890. Para Esteves, as três formas de consentimento, enquanto elementos subjetivos, precisaram ser delimitados e distinguidos da imagem da mulher honesta: “A mulher que procurasse reparar uma ofensa teria, então, que articular um discurso convincente sobre sua honestidade, dentro dos parâmetros esboçados pelo saber jurídico e também médico” (ESTEVEES, 1989, p. 38).

Situações semelhantes às analisadas por Esteves podem ser encontradas nos casos de defloramento ocorridos em Caetité, no início do século XX, cujo limites territoriais abrangiam, no século anterior, a área da fazenda Brejo do Campo Seco, no sertão baiano, palco da trama de *Sinbaçinha*.

Destacamos um caso, que envolveu Sebastiana Maria de Jesus e sua filha Hemilina. A necessidade de sobrevivência diante das agruras da vida sertaneja impeliu Sebastiana à labuta diária, tendo que deixar a filha sob cuidados de terceiros. Tal qual ocorria a incontáveis sujeitos no alto sertão baiano,

[...] a subsistência cotidiana da população pobre e remediada do alto sertão era garantida a muito custo e por formas provisórias e improvisadas de sobrevivência. Experiências que partilhavam com seus pares e modos de vida com poucas provisões (SANTOS, 2014, p. 100).

No caso em questão, formas provisórias e improvisações de sobrevivência partilhadas em Caetité (SANTOS, 2014) custaram bastante caro a Hemilina, estuprada em uma das saídas da mãe ao trabalho:

Em dias do mez de junho recém-passado, no logar denominado Pau-ferro, daquelle districto [Santa Luzia], onde mora Hercília de Tal, mãe do denunciado Joaquim de Avellar, em companhia deste, achava-se a menor Hermilina, por consentimento de sua mãe, Sebastiana Maria de Jesus, passando dias, quando o denunciado a surpreendeu, brincando próxima à casa, tomou-a nos braços, e, levando-a para a interior da mesma a estuprou selvagemmente¹⁵.

Denunciado pela própria mãe, Joaquim Avelar foi condenado pelo estupro da menina. Contudo, chamaram atenção alguns trechos dos depoimentos das testemunhas que versaram sobre as condutas de todas as mulheres envolvidas na questão: a respeito de Sebastiana, disseram, “que apesar [de ser] uma mulher de vida duvidosa, todavia nada tem que dizer contra sua conducta”.¹⁶ Sobre a menina Hermilina (a vítima), “respondeu que a menina costumava brincar com diversos meninos e rapazinhos”.¹⁷ Outra testemunha, acrescentou

[...] que a paciente estava morando em casa da mãe do denunciado por consentimento de sua própria mãe, della; que a casa da mãe do denunciado não é frequentada; que a mãe do denunciado não tem actualmente empregados em casa [...] que a paciente tem a liberdade de andar só, porque vive de casa em casa dos vizinhos, andando só pelas estradas; que a mãe do denunciado a tem mandado embora diversas vezes, mas a sua mãe Sebastiana a levava novamente; que a casa de Sebastiana é frequentada pelos próprios parentes que moram muitos vizinhos e tem diversos filhos já rapazinhos.¹⁸

Embora o crime do estupro tenha sido qualificado pelo promotor como “selvagem”, é notória, nos depoimentos das testemunhas, certa culpabilidade atribuída às mulheres envolvidas. Para Sebastiana Maria, na avaliação da causa do estupro, a qualidade de “trabalhadora caprichosa”, atribuído pelas testemunhas, pesou menos que “mulher de vida duvidosa”, sobretudo por ter sido “amásia” de Joaquim Avelar (o réu) e o ter expulsado de casa após agressões sofridas. Também pesou contra Hemilina, a despeito de sua tenra idade, o fato de ela viver solta pelas estradas e próxima aos meninos. Pesaram, como um fardo nos ombros dessas mulheres, as imposições normativas de controle sobre seus comportamentos e trajetórias, desde tenra infância. Imposições travestidas de perguntas intencionadas e olhares matreiros, visando o enquadramento feminino às normas sociais de conduta, a partir de um processo educacional informal, cuja responsabilidade de transmissão de valores é atribuída à mãe. Esperava-se que, no âmbito privado, a condução da formação feminina no caminho da honestidade fosse forjada em um ambiente vigiado e protegido pela mãe. Contudo, tal controle pretendido para o

¹⁵ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Cartório dos feitos cíveis e criminais. Série: autos crimes. Subsérie: estupro. Caixa 43. Réu: Joaquim de Avelar. Data, 07/07/1919, fl. 2 (f).

¹⁶ APMC. Fundo: Cartório dos feitos cíveis e criminais. Série: autos crimes. Subsérie: estupro. Caixa 43. Réu: Joaquim de Avelar. Data, 07/07/1919. Depoimento de José Fernandes do Prado, fl. 23 (f, v).

¹⁷ APMC. Fundo: Cartório dos feitos cíveis e criminais. Série: autos crimes. Subsérie: estupro. Caixa 43. Réu: Joaquim de Avelar. Data, 07/07/1919. Depoimento de José Fernandes do Prado, fl. 23 (f, v).

¹⁸ APMC. Fundo: Cartório dos feitos cíveis e criminais. Série: autos crimes. Subsérie: estupro. Caixa 43. Réu: Joaquim de Avelar. Data, 07/07/1919. Depoimento de Antônia Maria de Jesus, fl. 24(f, v), 25 (f).

bom andamento da ordem social, não encontrava condições de efetivação nas camadas sociais mais pobres devido a diversas limitações da vida cotidiana, como as vivenciadas por Sebastiana Maria. Esta mulher não foi casada oficialmente, trabalhou fora de casa, de onde se ausentava por dias, e, como consequência disso, não pôde zelar e proteger sua filha. Logo, em termos normativos, impostos socialmente, Hermilina herdou da mãe, talvez por toda a sua vida, a alcunha de “mulher de vida duvidosa”.

No caso de Sebastiana Maria e Hermilina, é patente o descompasso entre o sertão idealizado pelo romancista-cientista e a vida cotidiana da grande maioria dos sujeitos históricos ali residentes, sobretudo das mulheres. Honra, clausura, retidão e passividade feminina, por exemplo, apresentam-se como imagéticos no sertão de Afrânio Peixoto e compõem o rol de elementos moralizadores utilizados para disciplinar os comportamentos femininos desviantes. Tais elementos compõem a premissa fundamental da tese do autor: a preservação da honra feminina está intrinsecamente atrelada à preservação social. Por isso a ideia de recato, passividade e obediência estão tão sublinhados em *Sinbazinha* e se constituem como obstáculos e, ao mesmo tempo, elementos fundamentais para a efetivação do amor racional, contido e controlado.

Conforme salientamos anteriormente, há uma clara vinculação entre o romance em questão e as idealizações do seu tempo. Contudo, algumas concepções presentes no enredo novelístico vieram de uma longa tradição e estão intencionalmente inseridas na trama como algo a ser recuperado, restabelecido ou, pelo menos, modernizado de acordo com as novas demandas do início do século XX. Recato, passividade e amor (quase) impossível devido à reclusão e à honra feminina configuram uma ideologia de dominação implícita do masculino sobre o feminino. Segundo Algranti (1993, p. 109),

[...] conselhos e advertências sobre a conduta ideal para as mulheres sempre existiram. Antes de serem escritos e agrupados em corpos sistemáticos, com certeza devem ter sido transmitidos oralmente, baseados nas tradições orais das sociedades e nos papéis que se esperavam que as mulheres desempenhassem.

Podemos inferir que Afrânio Peixoto, ao ouvir as histórias contadas por gerações, tenha sido informado sobre as advertências arraigadas na tradição cultural a respeito dos perigos causados pelas mulheres. A suscetibilidade “natural” das mulheres ao irracionalismo, na percepção deste autor, está atrelada à necessidade de controlar tal sentimento, tornando-o banal “como todas as outras necessidades da espécie”. Ele enxergava a supervalorização do amor como prejudicial ao desenvolvimento da civilização. A soberania do amor, advinda dos romances de cavalaria da Idade Média, passando pelo “moderno prestígio feminino”, foi responsável por um “mundo super-povoado, onde sobram homens desempregados”. Como consequência dessa exacerbação, existe todo um aparato cênico em volta deste sentimento, que o circunda de mistério, apontando para

[...] violação sagrada e espectacular; Igreja e Literatura, de permeio; adultério, divórcio; recalcamientos freudísticos, despudores e perversões policiais e carcerárias; crimes passionais; sociologia e moral no fim explicando e consagrando (PEIXOTO, 1934, p. 11).

A evidente degradação social, oriunda do enaltecimento do amor cênico feminino, somente poderia ser evitada mediante a racionalização do sentimento e o controle do homem racional (do Estado) sobre a mulher, mais vulnerável ao amor. O caminho para evitar a degradação moral da sociedade seria retomar uma espécie de idílio perdido, localizado no sertão brasileiro. Veremos como se configura esse sertão idealizado por Afrânio Peixoto.

SINHAZINHA: REALIDADE E FICÇÃO NA NORMALIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS FEMININOS

Entraremos agora nas minúcias do romance *Sinbazinha* a fim de evidenciar, com mais detalhes, o aprimoramento de uma perspectiva cujo objetivo precípua foi determinar uma tipologia de mulher ideal, a servir de exemplo para todas as outras. Há uma vinculação entre Afrânio Peixoto e os intelectuais do seu tempo, sobretudo quando pensamos nos seus esforços em caracterizar

[...] um tipo étnico específico representativo da nacionalidade ou pelo menos simbólico dela, que se prestasse a operar como um eixo sólido que centrasse, dirigisse e organizasse as reflexões desnorteadas sobre a realidade nacional (SEVCENKO, 1999, p. 85).

Nesta perspectiva apontada por Sevcenko, e em consonância com os intelectuais brasileiros do início do século XX, o tipo ideal para simbolizar a nação foi, em *Sinbazinha*, a mulher sertaneja. Porém, veremos nesse romance um alerta aos homens, pois mesmo a mais passiva e recatada mulher deve ser mantida sob vigilância e tutela masculina. Também em *Sinbazinha*, há a causadora do mal (PESSOA, 2006), à semelhança de várias outras personagens centrais de Afrânio Peixoto, tais como Lúcia, Maria Bonita, Joaninha, Salvina, Gracinha, Luizinha e Bugrinha. Segundo Coutinho (1962, p. 18),

[...] para encarnar a sua ideia de que a beleza é um mal, imprimiu-lhes um sentido diabólico, emprestou-lhes almas complexas e perversas, que exercem uma ação dominadora e fascinante sobre os homens, ao mesmo tempo hipnotizando-as como serpentes. Sua técnica revela um psicólogo profundo e arguto da alma feminina. Houve quem lhe criticasse nos tipos femininos uma certa semelhança entre si, o que não deixa de ser em parte verdadeiro. É que a ideia central é, nelas, a mesma: a do caráter aniquilador pela beleza. Mas essa ideia o autor explora por diversos ângulos, como se fosse uma só alma, cujos arcanos se mostrassem diferentemente, como num caleidoscópio, em seus mistérios e delicadezas, sutilezas e incoerências. Ele mesmo o disse, pela boca de um personagem da Fruta do Mato: “Elas não são iguais, não senhor, cada mulher é uma. E há cada uma!”

Para Coutinho (1962), o enigma da esfinge, presente em todas as personagens femininas de Afrânio Peixoto, configurou-se como eixo temático de sua obra. Em todas essas personagens há uma ligação essencial com Helena de Troia. Contudo, especificamente em *Sinbazinha*, devemos acrescentar dois elementos. Primeiro, a apropriação, por Afrânio Peixoto, de um evento histórico localizado no sertão para comprovar definitivamente sua tese; segundo, a personagem principal é apresentada ao “amor

novo e puro que lhe aponta Juliano” (COUTINHO, 1962, p. 22), isento dos sentimentos egoístas e irracionais, culturalmente atribuído às mulheres.

Com o mote do rapto de Pórcia Carolina, Afrânio Peixoto empreendeu a escrita do romance *Sinhazinha*. Ele embasou o perfil das personagens em prol da disseminação de suas conclusões científicas empreendidas nas academias de pesquisa do Rio de Janeiro, durante a Primeira República. No âmago das discussões correntes, esse médico-romancista objetivou construir, tanto para as personagens femininas, como para o sertão baiano, perfis ficcionais permeados de conteúdos didáticos moralizantes a respeito do comportamento feminino, adequando-o à solidez do casamento e ao bom desenvolvimento social. Para a consecução do projeto do romance, o autor colheu relatos orais sobre as guerras entre as famílias Canguçu e Meira, ocorridas nas cercanias da fazenda do Brejo do Campo Sêco.

Misturando fatos e personagens reais com fictícios, *Sinhazinha* é ambientado na segunda metade do século XIX. A trama é baseada no rapto da Pórcia Carolina, evento que envolveu as famílias Canguçu e Meira, tradicionais no alto sertão baiano no período. Na trama, como solução para os problemas sociais em curso nas grandes cidades, a centralidade está na valorização do comportamento feminino idílico, supostamente existente nos sertões.

A trama inicia-se com a chegada do personagem fictício Juliano de Moraes (o protagonista) à fazenda do Campinho, durante os preparativos para a festa de São João. Assim o narrador descreveu as mulheres vistas por Juliano, ao chegar na fazenda: “estavam, bando gárrulo e estouvado de meninas e moças, dispendo a fogueira no terreiro da casa, em frente à varanda, quando pela porteira aberta, apareceram algumas bestas carregadas e um tropeiro, que as conduzia (PEIXOTO, 1975, p. 1).

Numa aparente desordem, um bando de tagarelas estouvadas são as primeiras imagens de mulheres apresentadas ao leitor. Na ausência do coronel, patriarca proprietário da fazenda, a desordem descrita parecia encontrar uma razão: faltava o mando masculino, que estava ausente por ter ido “ver um ponta de gado” (PEIXOTO, 1975, p. 2).

O mascate Juliano era um jovem arrimo de família que, surpreendido pela morte do pai, é obrigado a abandonar os estudos em Salvador e rumar para a Cidade da Barra, a fim de assumir os negócios da família. Com o objetivo de aproveitar comercialmente as demandas por produtos oriundos da capital, adquiriu volumosa mercadoria de fazendas e miudezas e foi em direção ao sertão baiano. No caminho, encontrou pouso na fazenda do coronel João Batista Pinheiro Canguçu.

Como hospede da fazenda Brejo do Campo Seco, Juliano conheceu Sinhazinha,¹⁹ filha do coronel João Batista, personagem que carrega o pecado original de suas ascendentes, em especial de Pórcia Carolina²⁰ (a “Helena Sertaneja”). Juntamente com outras mulheres de sua idade, Sinhazinha

¹⁹ No romance, Sinhazinha (Clemência) é a filha caçula do coronel João Batista e de D. Emília (todos fictícios). O coronel João Batista, que encarna o estereótipo masculino e a sina dos Canguçus, serviu para dar prosseguimento às linhas condutoras centrais do romance. D. Emília, na trama, foi a continuadora da sina iniciada por Pórcia Carolina, cuja beleza encantou o coronel João Batista, que a raptou dos Mouras e com ela se casou secretamente em Rio de Contas (Ba).

²⁰ Conforme nota no início do artigo, Pórcia Carolina da Silva Castro foi personagem real e central na história amplamente contada em diversas obras (Cf. COTRIM, 2005).

preparava a fazenda para os festejos juninos. Entre a chegada e o alojamento de Juliano, há o entrecruzamento de olhares e o nascimento do interesse mútuo, embora recôndito ao longo do romance. Os obstáculos para a efetivação do amor entre os dois vão se desenhando no transcurso do enredo.

Como metáfora da invisibilidade feminina, a construção da narrativa evidencia a presença furtiva de Sinhazinha durante quase todo o enredo novelístico. Através de uma relação ambígua, a presença-ausência da moça vai intrigando Juliano que, embora hospedado sob o mesmo teto, na casa grande, participando da rotina da família enquanto espera a chegada de mais sortimentos vindos da capital, não consegue vê-la. Um reflexo dessa relação ambígua está no retraimento explícito de Sinhazinha, enquanto moça sertaneja naturalmente conformada com o destino:

Esta, como que desaparecera da casa. Não a ouviram mais falar nem respirar. Juliano, a quem o mistério instigava a curiosidade perplexa, para o cuidado e indagação, tirara a limpo que não seriam influência dos pais esses resguardos zelosos, que preservam, no sertão, num pudor sagrado, as filhas moças, recatadas no interior doméstico, pois que esses pais o trouxeram, de um galpão de hóspedes de passagem, ao recesso do lar, como se fora amigo ou velho conhecido. Não sabia explicar esse eclipse total (PEIXOTO, 1975, p. 33. Grifo nosso).

Mesmo não vendo Sinhazinha, no transcurso da narrativa Juliano é constantemente surpreendido por algumas “demonstrações íntimas de afeto que recebia”, pois “no seu quarto havia sempre flores novas no jarro, à cabeceira da cama” (PEIXOTO, 1975, p. 41), colhidas no jardim privativo da moça, ao qual apenas o acesso dela era permitido. Além das flores, Juliano também recebia, sempre na sua ausência, outros afagos tipicamente femininos, tais como roupas limpas e arrumadas no armário, “passada a ferro, sem faltar um botão”.

Por não ver Sinhazinha transitando pela casa durante sua presença, a dúvida sobre a autoria dos carinhos tácitos pairava sobre sua mente. Certo dia, ao retornar de um passeio com o coronel, encontrou em seu quarto um “prato cheio de frescos e doces umbus”. Creditou ser obra de Dona Emília, mãe de Sinhazinha, que

[...] devia ter sido bela mulher, embora um recato de modéstia sertaneja lhe tirasse a ousadia dessa afirmação plástica. Mas subsistia aos traços de beleza que melancolicamente se esfumava, um ar de força concentrada e refletida, que acaba por vencer ainda os impulsos mais fortes. Não vencera a bruta sanha dos irmãos, que lhe quiseram contrariar o amor?” (PEIXOTO, 1975, p. 52).

Assim como a maioria das personagens femininas construídas pelo romancista-cientista, Dona Emília carrega a marca indelével da beleza destrutiva. Embora melancolicamente apagada pelo tempo, possui uma força recôndita, negativamente associada a uma instintividade controlada e naturalmente presente nas mulheres. Mesmo com atributos instáveis, variando entre uma “força concentrada e refletida”, Dona Emília apresentou-se como elemento chave para a resolução da trama novelística, sobretudo ao encerrar o ciclo de conflitos entre as famílias e determinar outro destino à filha.

Voltando aos doces umbus, no dia seguinte Juliano agradeceu o carinho à dona da casa, que negou ter sido a autora da gentileza “– Não – disse a boa senhora, surpreendida” (PEIXOTO, 1975, p. 42).

Com a recusa de Dona Emília sobre a autoria do envio dos doces umbus, a dúvida ainda pairava sobre a cabeça de Juliano. Afinal, “como explicar isto, o carinho tácito e o retraimento explícito? Agrado e desprezo?”. O personagem buscava, insistentemente, explicações para tal ambiguidade: “– Toda mulher é um mistério. Contentava-se, um tempo, com a psicologia fácil dessa metafísica. Contudo sorria a si mesmo, quando entre a roupa branca achava ramos de alecrim, a perfumá-la”.

A certeza de que era Sinhazinha a autora dos presentes e afagos veio com a imagem de Santa Rita de Cássia dos Impossíveis deixada em seu quarto: “E no declive egoísta, de crer no que se desejava, Juliano não teve mais dúvidas. Era ela. E Santa Rita lhe abria ilimitadas perspectivas de certeza” (PEIXOTO, 1975, p. 77).

Certa noite, enquanto todos da casa dormiam, Juliano ouviu passos sorrateiros no quintal da casa. “– Quem seria? O coração lhe pulsou forte, desejando talvez fosse “alguém”, de preferência... Teria o luar operado um milagre dessa presença?” (PEIXOTO, 1975, p. 77). Ao ter certeza de ser Sinhazinha, travou com a moça um rápido diálogo e a beijou:

Separaram-se. Ela se pusera de pé e com as costas da mão limpava a boca beijada. Teve um estremecimento, que lhe percorreu o corpo todo. Depois, perfilou-se, olhando-o:

- Sabe que é um atrevido?

- Não sabia, até agora. Sei apenas que a amo. Por isso ousei. Quer ser minha mulher?

- Não quero nada! Quero que me respeite... [...] – Sabe o que eu quero? Castigá-lo...

A essa iniciativa, o moço deteve-se, os braços caídos ao longo do corpo. Ela marchou contra ele, levantou a mão e os dedos lhe bateram violentamente na face [...].

- Está aí o que eu queria... castigá-lo! (PEIXOTO, 1975, p. 99).

Juliano, surpreendido pela bofetada, na manhã seguinte anunciou sua partida da casa, arrumou sua montaria, despediu-se de todos e rumou para a capital a fim de apressar a encomenda de suas mercadorias. Saiu às cinco da manhã da fazenda do Brejo, “o coração se lhe apertou, pensando na Ausente, que agora o malqueria talvez...” (PEIXOTO, 1975, p. 105).

A caminho da capital, almoçou na Estiva e pernitoou na barra do Rio Gavião, quando então foi surpreendido pela súbita chegada de Tomé, o vaqueiro da fazenda²¹, que a mando do coronel João Batista o alcançou para buscá-lo “vivo ou morto”. Desconhecendo o porquê de tal ordem, Juliano atendeu, contrariado, o chamado, pois disso dependia a sua vida. Pernoitaram nesse local e, na manhã seguinte, voltaram para a fazenda. No caminho, na tentativa de saber a causa, perguntou ao capataz, que deixou no ar algo de errado feito por Juliano à Sinhazinha: “– Moço, voismicê deve saber mais do que eu. Por

²¹ Personagem fictício, Tomé é figura importante na narrativa, pois será apresentada por Afrânio Peixoto como um “historiador honesto”, a fim de comprovar sua concepção de verdade sobre os agires femininos. A participação deste vaqueiro será discutida mais adiante.

alguma foi. Partiu em paz. Horas depois, “seu” Coronel, brabo [...] me chama, e me dá as ordens. Morto ou vivo, disse ele ‘seu’ moço” (PEIXOTO, 1975, p. 105).

Na ocasião da chegada, Juliano foi recebido por Dona Emília, pois o coronel havia ido “passar” a mando da matrona por estar muito “brabo” com o acontecido. Juliano percebeu os preparativos de uma grande festa, a do seu próprio casamento:

- O senhor já deve saber do que há... do que há por fazer...
- Não sei de nada... minha senhora!...
- Sabe sim; não o convidariam sem razão grave [...].
- Perdão, minha senhora, juro pelo que há de mais sagrado, pela honra de minha mãe: estou inocente na má suspeição que, parece, recaí sobre mim [...]
- Seja, não falemos mais disso. O senhor não pediu Clemência em casamento?
- Pedi, mas foi justamente à sua recusa, que parti...
- Pois bem... Ela mudou de opinião... É assim é que vão se casar... pois que, agora, ambos o querem... (PEIXOTO, 1975, p. 120-121).

Nesse trecho do diálogo estão explícitos dois momentos decisivos no romance, a suposta desonra cometida por Juliano e a mudança de opinião repentina de Sinhazinha frente ao pedido de casamento. Propositadamente, Afrânio Peixoto induz o leitor a se compadecer com o herói, afinal, após tantos mimos de mulher prendada e recatada, tantos presentes furtivos deixados sorrateiramente em seu quarto, seria natural se apaixonar por tão doce criatura. Além disso, tanto o leitor como Juliano sabiam que havia sido apenas um beijo, seguido, como deve ser, por um pedido de casamento, prontamente recusado por Sinhazinha: “compreenda-se uma destas!...”. No entardecer do sertão, Juliano se pôs a pensar sobre ela, na vã tentativa de entendê-la,

[...] tão arisca, arredia, arrebatada, violenta, como que se ameigava na resolução de render-se, dar-se, amar enfim, depois de fugir, castigar, coagir, impor até um ato de rendição, mas de amor... Como são ilógicas as mulheres!... Absurdas!...” (PEIXOTO, 1975, p. 123. Grifos nossos).

Embora o leitor já soubesse de antemão sobre a artimanha da mentira de Sinhazinha, o único mistério guardado pelo narrador da história reside na autoria dos presentes deixados furtivamente. Através das dúvidas e certezas de Juliano, o leitor é induzido a pensar nas ações de Sinhazinha. No entanto, após o casamento, tudo é esclarecido, em pleno quarto nupcial:

- ...Eu... eu não me queria casar com você... Eu não devia! Tinha prometido a meu Pai e desejava cumprir a palavra. Custasse o que custasse, mesmo as lágrimas silenciosas de minha mãe, que foram sem conta. [...] Para que? Eu ficaria solteira até que o último dos Mouras se casasse [...]. Pelo menos eu esperaria. Até lá meu olhar não cairia sobre homem algum, para não ser tentada. Não quis vê-lo, evitei-o... Os seus presentes... dei-tei-os todos fora...
- Meus presentes?!
- Sim, os que me mandava por minha mãe...
- Nunca lhe mandei nenhum... Não ousaria. E logo por quem? Desrespeitosamente... (PEIXOTO, 1975, p. 130-131).

Assim, Juliano e Sinhazinha inevitavelmente se amaram. Ele escolheu a honestidade da confissão e da manutenção da honra da mulher, ou seja, o amor legal e racional. Ao final da história de amor, assim

disse Juliano a Sinhazinha: “Hei de ensinar-lhe a doçura de amar simplesmente...sem o travo ou o espinho do amor-próprio...” (PEIXOTO, 1975, p.123).

Para sair da tutela paterna e seguir adiante, o caminho da heroína foi bastante tortuoso e dependeu de algumas astúcias, evidenciadas por Afrânio Peixoto como atributos negativos, intrínsecos às mulheres. Por isso a necessidade da vigilância constante sobre elas, pois mesmo na mais recatada e passiva criatura também estão presentes as fraquezas do amor egoísta. Sinhazinha confessou a Juliano sua fraqueza: “Eu, forte, já não o era, era uma mulher como as outras, amava” (PEIXOTO, 1975, p.133).

“O PRINCÍPIO DO PRINCÍPIO FOI UMA MULHER. TUDO COMEÇA POR AÍ...EVA...”: A LINHAGEM GERACIONAL DESTRUTIVA DAS MULHERES.

Após análise de pontos e personagens principais do romance, interessa-nos agora evidenciar a ligação entre a ficção exposta acima e o evento histórico gerador do mote para a negatividade do agir feminino, atribuído por Afrânio Peixoto. Observando o romance *Sinhazinha*, primeira derivação literária do evento histórico do rapto, nos deparamos com os “perfis de mulher”²² nele descritos, intrinsecamente associados às ascendências de Eva e Helena de Troia. No alto sertão baiano de Afrânio Peixoto, essa linha geracional destrutiva, iniciada por Pórcia Carolina, foi delineada no transcurso do romance novamente com o recurso da mescla entre personagens reais e fictícios.

Após alguns dias de hospedagem acolhedora na Fazenda do Brejo do Campo Sêco, Juliano pôs-se a ouvir a história da tragédia que se abateu sobre a família do anfitrião. O coronel João Batista, em momento de intimidade, narrou ao mascate o pecado original das mulheres que perseguiu gerações das famílias envolvidas na contenda:

O Major Silva Castro [o Periquitão]²³ era dono da fazenda dos Cajueiros, perto de Caetité, e da fazenda das Cabaceiras, perto de Curalinho. A família, da Capital, passava temporadas, ora numa, ora noutra, tanto mais quando a saúde delicada dos filhos exigia, de tempos em tempos, um retiro sertanejo, de ar puro e bom leite. Estavam quatro filhas nos Cajueiros, quando, apertados pela seca, resolveram viajar para Cabaceiras, à margem do Paraguassu, onde tudo era fácil e abundante. Um estirão de cem léguas. Na companhia de um tio, Luís Antônio da Silva Castro, partiram de perto de Caetité e pernoitaram na Fazenda do Capitão Inocêncio Canguçu,²⁴ avô de João Batista, pai de filharada, entre os quais Exupério, o que estudara e sabia latim, e Leolino,²⁵ o Lô, o herói da tragédia. A seca era tão grande –

²² Esta expressão, de autoria não mencionada, está contida na contracapa da 6ª edição (1975) do romance *Sinhazinha*. O autor é apresentado como “Romancista de costumes citadinos e regionais e admirável criador de perfis de mulher”. Na orelha da mesma edição contém o trecho de apresentação elaborado pela Editora Civilização Brasileira: “Mas há que se dar especial relevo à sua contribuição para o romance de caráter regional, observando, porém, que tanto na vertente sertaneja, quanto na urbana, criou Afrânio Peixoto ‘uma das mais belas galerias de tipos femininos’, conforme notou Luís Viana Filho” (Grifos nossos).

²³ Segundo Cotrim (2005), Silva Castro nasceu em 5 de janeiro de 1792, na fazenda Tapera, na região de Curalinho. Foi comandante do “Batalhão do Periquitos” durante o processo de Independência da Bahia.

²⁴ Personagem real, Inocêncio Pinheiro Canguçu (1795-1861) foi o terceiro homem na linha sucessória dos proprietários e registradores dos livros da Fazenda do Brejo do Campo Sêco descritos por Santos Filho (1956).

²⁵ Personagem real, Leolino Pinheiro Canguçu (1826-1848) foi o raptor de Pórcia Carolina. “Nasceu no Sobrado do Brejo [...] seis anos depois de Exupério, o filho mais velho de Inocêncio. Como o irmão, estudou num colégio do Salvador. De regresso ao sertão, casou-se, bem jovem ainda, como uma prima, Rita Angélica Meira [...]. De tipo aventureiro, como o pai [...] estava ele com 18 anos feitos, quando as meninas Silva Castro chegaram ao Brejo, onde ocasionalmente se encontrava (SANTOS FILHO, 1956, p. 161-162).

isto foi em [18]45 – que a família Silva Castro não pôde prosseguir viagem para curralinho, nem voltar a Caetitê. Instada, aceitou a hospedagem fidalga que lhe deu o capitão Inocência, esperando a estação das chuvas para continuar a viagem: o tio Luís Castro, vencendo a solina, continuou sozinho, esperando voltar breve para buscar as sobrinhas. Assim foi, meses depois, mas o demônio já havia feito os seus enredos...

- A mulher...

- Pois foi. Pórcia, a mais nova, era uma linda criatura, e, quando elas são bonitas, são também vaidosas e, portanto, provocadoras... O diabo as atica, e elas a nós. Nós somos homens. Carne fraca. Leolino era mais que isso: belo rapaz, alto, desempenado, valente, aventureiro...” (PEIXOTO, 1975, p. 50-51. Grifos nossos).

Nesse trecho, o relato do coronel apresenta a Juliano e ao leitor a centralidade da figura feminina enquanto causadora dos conflitos e da sina a perseguir seus descendentes. Conforme a conclusão das personagens, as expectativas de continuidade da vida pacata da família Canguçu foram atrapalhadas pelo estado de perturbação de Leolino diante dos encantos de Pórcia. Não restou alternativa a Leolino senão tramarmos o rapto da sedutora. Assim, todas as desgraças advindas após o rapto, constituem tão somente desdobramentos provocados pela sedução da mulher. O tom conclusivo e anunciativo da fala de Juliano, interpolada à do coronel, apresenta a mulher como a porta de entrada dos desígnios demoníacos e trágicos. Os fatos subsequentes ao episódio do sequestro confirmam a anunciação de Juliano e preparam o leitor para a tragédia.

Conforme o relato contado pelo coronel João Batista, após meses de hospedagem, quando a situação se tornou propícia, a família Castro prosseguiu viagem rumo a Curralinho. Leolino, “como é hábito no sertão”, acompanhou os hóspedes em viagem até o primeiro pouso e, “o que não fez, com tempo, na casa paterna, respeitando a hospedagem concedida pelo Capitão Inocência [seu pai], fez aí, no dia seguinte, antes de encetarem a viagem” (PEIXOTO, 1975, p. 51). Na manhã seguinte, o jovem pôs em prática o seu plano e, com armas em punho, obrigou os demais membros da comitiva a seguirem viagem, “Menos a Pórcia, que o amava, a quem ele amava, e que, portanto, lhe pertencia”.

O tio das moças, Luís Castro, após o sequestro, procurou acolhida numa fazenda nas cercanias de Bom Jesus dos Meiras, pertencente a Manuel Justiniano de Moura e Albuquerque²⁶, parente do capitão Inocência e velho desafeto deste por questões de terras. O chefe dos Mouras

[...] não perdeu ocasião de intervir. Pórcia, como a tal Helena, dizia tio Exupério, foi o pretexto, a ocasião... Mancomunados com os Medrados das Lavras, e os Silva Castro, de Curralinho, todos decididos a tentar a libertação de Pórcia” (PEIXOTO, 1975, p. 51. Grifo nosso)

A comparação entre Pórcia e Helena de Troia (causadoras de guerras) novamente aproxima o leitor do desfecho, que aconteceria meses depois. Após o rapto, Leolino conduziu

[...] a moça a uma fazenda próxima, para isso preparada, e como se amavam e eram jovens e bonitos, o resultado fora previsto. Ameaçado de morte pelos inimigos, juntou jagunços para se defender, e guardou a casa. O pai tomara grande choque com

²⁶ Em Santos Filho consta a seguinte descrição: “Manuel Justiniano de Moura e Albuquerque, proprietário da Fazenda Boa Sentença, sita no atual município de Rio de Contas, era conchunhado de Exupério Canguçu [irmão de Leolino]” (SANTOS FILHO, 1956, p. 163).

o acontecimento, mas o mal estava feito – “aliás quem pode impedir o mal que as mulheres causam?” (PEIXOTO, 1975, p. 51. Grifo nosso).

Ao narrar um evento histórico, como a guerra entre famílias, através de um personagem fictício, o médico-romancista vai, intencionalmente, moldando uma trama novelística que proporciona ao leitor centelhas de verdade absoluta e finalística.

Aproveitando-se da ausência de Leolino, em viagem a Caetité para revolver negócios pendentes, os jagunços dos Mouras, Medrados e Castro invadiram a fazenda para recuperar Pórcia:

Na sua sanha, apoderaram-se os malvados da moça, que tinha nos braços um filhinho de poucos meses, separaram-no e, enquanto a levam a força, cortam a criança aos pedaços, para dar de comida aos cães... Para que nada restasse de Leolino. Este, logo que sabe do ocorrido, viaja, acha apenas a casa arrasada pelo incêndio, roubada a mulher amada, trucidado o filhinho inocente [...]. Que homem não acordaria dentro de si a fera que todos temos guardada na jaula? (PEIXOTO, 1975, p. 51).

Nesse trecho é bem evidente a intercalação dos “fatos verdadeiros com muita fantasia”. Corroboram para esta afirmação as análises realizadas sobre a obra *Sinbazinha* pelo também médico Licurgo Santos Filho, nas quais se ressalta o caráter inverossímil do trecho destacado, pois, para compor o romance, Afrânio Peixoto

[...] não viu nem consultou documentação alguma a respeito. Apenas ouviu. Ouviu de descendentes das famílias envolvidas. Um pouco deste, um pouco daquele... fatos verdadeiros e muita fantasia. E urdiu a versão, que foi mais sua do que dos Canguçu, dos acontecimentos. Bela versão, não há dúvida. Mas romanesca em muitos pontos (SANTOS FILHO, 1956, p. 156).

Com a autoridade de quem certamente procurou registros escritos de tal história no acervo documental da família Canguçu, a partir da qual concebeu sua obra de fôlego, Santos Filho evidentemente contrastou suas fontes escritas com o romance e, assim, percebeu as “fantasias e urdiduras” de Afrânio Peixoto sobre o evento. Pretendeu, portanto, um distanciamento entre a investigação histórica presente em sua obra e a literatura romanesca de Afrânio Peixoto, sobretudo a partir da apresentação de outros documentos a respeito do evento do rapto.

É plausível supor que Santos Filho tenha percebido o recurso da “ficcionalização dos fatos” como algo bastante utilizado nos romances históricos. Segundo Peloggio e Vasconcelos, ao mesclarem fato e ficção os romancistas “aproximam a história do leitor até o ponto de contato mais íntimo: faz com que ele penetre nas emoções dos personagens históricos e participe ativamente do desenrolar dos acontecimentos” (PELOGGIO; VASCONCELOS, 2013, p. 71).

Com base nessa perspectiva da ficcionalização dos fatos, as observações de Santos Filho auxiliam na percepção de aspectos implícitos no romance. Ao ouvir ambos os lados da contenda e “urdir a versão, que foi mais sua do que dos Canguçu” (SANTOS FILHO, 1956, p. 156), Afrânio Peixoto deixou intencionalidades implícitas, travestidas de pedagogias, sobre o comportamento feminino e as advertências necessárias para eventuais desvios, dada a “ascendência” feminina, de Eva a Helena de Tróia e Pórcia.

Sobre as intencionalidades do romancista-cientista, devemos levar em conta três elementos fundamentais. Em primeiro lugar, dado o sucesso editorial de suas obras anteriores, é plausível imaginar que Afrânio Peixoto soubesse, de antemão, sobre a ampla aceitação de suas obras junto ao público feminino. Nesse ponto, vale citar a crítica de Souza Bandeira, publicada no periódico *A Imprensa*, do Rio de Janeiro, em 1911, sobre o livro *A Esfinge*:

Está em pleno triunfo o autor da *Esfinge*. Mal chegado às livrarias do Rio de Janeiro, já o livro está quasi (sic) esgotado. Disputam-se com avidez os raros exemplares. Os críticos mais em evidência dedicam-lhe artigos admirativos. Da primeira investida, conseguiu ele, coisa extraordinária no Brasil, conquistar o público feminino. Que não há mundana de certo tom que, á hora dos chás elegantes, ou nos intervalos do Municipal, não pergunte, num sorriso adoravelmente malicioso: - “Que me diz da Esfinje?”.²⁷

Guardadas as devidas ressalvas quanto aos círculos de amigos construídos por Afrânio Peixoto juntos aos editores e críticos literários, possibilitando alguns comentários positivos e a divulgação de seus romances, não podemos desprezar o seu alcance no público leitor mencionado.

Em segundo lugar, e intrinsecamente ligada à abrangência do público leitor, está a temática abordada, comum em todos os romances de Afrânio Peixoto: a mulher como eixo central, com atributos belos, contudo instáveis e destrutivos. Sobre *A Esfinge*, na continuação da crítica citada acima, Souza Bandeira analisou a personalidade da protagonista Lúcia para os (as) leitores (as) de *A Imprensa*: “Muito mais simpática, porque humana é Lúcia. Deliciosa e cruelmente mulher [...] seduzir, fascinar, fazer sofrer, sofrendo também um pouco. Pobre Esfinge!”.²⁸

Podemos afirmar sobre a continuidade destes perfis em outros romances de Afrânio Peixoto. *Sinhazinha*, embora mais recatada e passiva como uma mulher recôndita dos sertões brasileiros, também com um simples olhar seduziu, sofreu e fez sofrer. Contudo, e este é o terceiro elemento a ser considerado, o ponto nodal diferenciador entre *Sinhazinha* e as demais obras é a comprovação histórica de tais atributos destrutivos, projeto levado a cabo por Afrânio Peixoto. A abrangência do público leitor (em especial o feminino) e a insistência na temática das mulheres como eixo central, enquanto belas, destrutivas e instáveis, somente se completam através de uma base histórica comprobatória, enunciada no evento do rapto de Pórcia Carolina.

Certamente, todas as mulheres dos romances de Afrânio Peixoto possuíam de antemão características psicológicas vinculadas a Eva e a Helena de Troia. Contudo, Pórcia Carolina trouxe o elemento pedagógico nacional, concreto e aproximado no tempo-espaço. Daí a necessidade de Afrânio Peixoto, em *Sinhazinha*, abordar este evento de todos os ângulos possíveis, através de outras versões contadas por personagens distintos, não só a versão dos Mouras, mas de outra família envolvida na contenda do rapto.

²⁷ BANDEIRA, S. Afrânio Peixoto. In: *A Imprensa*. RJ, Ano VIII, n. 1312, p. 1, 26 de julho de 1911. Parte desta crítica encontra-se também referenciada em Renata Silva (2014, p. 82)

²⁸ BANDEIRA, S. Afrânio Peixoto. In: *A Imprensa*. RJ, Ano VIII, n. 1312, p. 1, 26 de julho de 1911. Parte desta crítica encontra-se também referenciada em Renata Silva (2014, p. 82).

No romance, Afrânio Peixoto utilizou a voz da personagem Tomé, rústico vaqueiro da fazenda, pois este era um “historiador honesto, o que é raro. Tinha um documento, mas não desdenhava outro documento, o que é mais raro ainda. Imparcial” (PEIXOTO, 1975, p. 58). A fim de convencer o (a) leitor (a) a respeito da veracidade dos fatos, Afrânio Peixoto dotou o vaqueiro de uma autoridade inquestionável. Com este método da imparcialidade e objetividade, evidente da sua vinculação à historiografia do período, o romancista propôs um afastamento em relação a qualquer dos lados envolvidos na contenda entre as famílias.

Com o recorrente recurso de misturar ficção com eventos históricos, e mantendo a centralidade feminina como causadora de tudo, o vaqueiro Tomé, em diálogo com Juliano, apresentou aos (às) leitores (as) o outro lado da história. Neste ponto, outro perfil de mulher é enunciado: a vítima.

As perguntas discretas [feitas por Juliano a Tomé], retificadas, não tardaram em ser atendidas. Leolino Pinheiro Canguçu era belo homem, sim, mas atrevido e “mexedor no alheio”. Apesar de casado recentemente, não lhe bastava a mulher, e pôs os olhos na mais linda das Silva Castro, filha do “Periquitão”, a bela Pórcia, a quem seduziu, talvez ainda sob o teto do próprio pai dele, o Capitão Inocência...” (PEIXOTO, 1975, p. 55. Grifos nossos).

Ao apresentar outra versão do rapto, Afrânio Peixoto inverteu a posição de Pórcia, de sedutora para seduzida, isto é, vítima. Pertencente a outrem, sobretudo à família, sua honra foi corrompida, conforme evidencia-se no trecho abaixo:

Mas Tomé continuara. Leolino levava a moça seduzida à fazenda, cercara-a de proteção de guardas e, numa viagem a Caetité, os Castros e suas gentes vieram buscar a Dona Pórcia e a levaram...

- E lhe mataram o filhinho, a facão, para comida dos cães?

- E por que haviam de levar essa criatura, que ia lembrar a desonra da mãe, e seria – quem sabe lá? – um dia, o vingador do pai? Este ponto ficou liquidado aí mesmo... (PEIXOTO, 1975, p. 56. Grifo nosso).

Mesmo com esta inversão, de causadora para vítima da tragédia, a culpabilidade recaiu sobre os ombros da moça, destacando, para o autor, a suscetibilidade do caráter feminino à desonra. Esse trecho, “totalmente inverossímil”, da morte da criança, pode ser entendido como uma advertência de Afrânio Peixoto às mulheres, quando estas maculam o seu mais sagrado bem: sua própria honra.

Agora, com a narrativa do rapto abordada por todos os ângulos possíveis, a vinculação do evento histórico do rapto adquiriu, para Afrânio Peixoto, uma certeza finalística e absoluta relacionada à fraqueza feminina. Desta forma, o rapto é apresentado como uma justificativa para as demais tragédias sucessivas ao episódio central e motivador, causado pela mulher. Afinal, como disse anteriormente o coronel João Batista, “quem pode impedir o mal que as mulheres causam?”.

Então, na perspectiva de Afrânio Peixoto, da personagem real e emblemática de Pórcia Carolina surgiu, no romance, Emília, a mãe de Sinhazinha, como continuadora da tragédia. Através da voz do narrador, conhecemos a história dela:

João Batista Pinheiro, moço, valente, que vê um dia, na igreja do Bom Jesus, essa prima e por ela se apaixona. Mas é Emília de Moura Albuquerque, filha de seus parentes inimigos. Não importa. São passados tempos, o ódio esmorece: mandou pedi-la em casamento. A resposta foi um insulto e uma ameaça. “Assassino, como os outros de sua raça, pois que tivera essa pretensão, viesse buscá-la [...]”. Esse Pinheiro Canguçu arma outros, manda bravamente prevenir os parentes do ataque ao Encantado, para buscar a prima. Morticínio de parte a parte, os Canguçus que vencem, e Dona Emília de Moura que segue o primo, João Batista Pinheiro, até a matriz do Rio de Contas, onde se recebem como esposos. (PEIXOTO, 1975, p. 45)

Trata-se da revelação da conversa travada entre o coronel João Batista com o seu hóspede Juliano, uma espécie de esclarecimento sobre a manutenção do clima de vingança instalado entre as famílias Canguçus e Mouras. Em tom conformado, o coronel nos conta seu enredamento no fato, assinalando um desfecho inevitável para a história de amor e ódio iniciada pelo “demônio, que já havia feito os seus enredos” através da mulher.

No romance, ao praticar o rapto e se casar secretamente, o coronel João Batista, assim como Leolino na história original, maculou o mais precioso dos bens sertanejos, a honra feminina:

É só o que há de sagrado. Pai e mãe a gente deixa; filho é ingrato; a gente peca contra Deus; deixa a terra, esquece o passado; que importa a vida? Tudo é assim, sem maior quizília. Mas a honra de mulher. Mas a honra de mulher, da mãe, da dona, da filha da gente, isto é sagrado. Para o homem é o que há de mais sagrado [...]. Dois crimes não se perdoam no sertão: roubo de cavalo e falta de respeito a mulher sagrada. (PEIXOTO, 1975, p. 55-56).

No enredo novelístico construído por Afrânio Peixoto, a figura feminina é objetificada como um relicário a ser preservado em defesa da família. O romance caminha nesse sentido, misturando, como uma entidade única e indissolúvel, a mulher e a honra a ser preservada, guardada e protegida. Daí o temor do coronel diante da vingança dos Mouras aos ultrajes anteriores. Como precaução ao destino inevitável, iniciado com Pórcia Carolina (no evento real) e continuado por Emília (no romance), o patriarca ofereceu a sua filha Clemência (Sinhazinha) como o objeto a ser conquistado: “Se são homens...esse Mouras, venham buscá-la, a esses Canguçus. Espera-os a morte ou a derrota, para deixarem a vida no campo da peleja ou, se levarem a melhor, o prêmio da vitória” (PEIXOTO, 1975, p. 45).

Na trama, os eventos fictícios preparam o leitor para a vingança iminente, como único destino provável para a heroína. Do casamento entre o coronel João Batista com Emília de Moura, nasceram Vitória, Esperança e Clemência (a Sinhazinha). As duas primeiras casaram-se com “quaisquer sertanejos”, pois os dois Mouras, prováveis vingadores da afronta, morreram cedo, afogados numa lagoa. “Mas há ainda um Moura pequeno e há a caçula, Clemência, Sinhazinha, para ele vir buscar, se puder, se for homem”. Com a morte dos dois primeiros Mouras, o coronel não fugiu “à represália justa”; pelo contrário, em nome da lealdade para com o inimigo, criou condições para sua efetivação:

Por isso, no dia em que a filha faz dezesseis anos, fá-la jurar que não casará senão depois que nenhum Moura a pretenda, e eles só a podem pretender pela força. O romance materno será continuado por uma tragédia filial [...] Certo da palavra da filha – se não lha desse, de boamente, de mau modo a tomaria – manda recado aos parentes. Eles têm direito à vingança: venham buscá-la. Nos mesmos termos. Q

sacrifício está pronto. É para qualquer dia destes... (PEIXOTO, 1975, p. 45-46. Grifo nosso).

Mulheres em sacrifício, honra e lealdade apresentam-se como elementos fundamentais na obra de Afrânio Peixoto, que constantemente estabelece um contraste entre um sertão idealizado e a civilização degenerada. Embora bárbaro, com códigos de honra violentos, o sertão do médico-romancista e seus homens são admirados por ele: “São belos homens fortes, estes! Que contraste com aqueles que a civilização deforma e perverte [...] bonecos sem nervos nem espinha dorsal, sem brio nem honra”. A mesma consideração vale para as mulheres sertanejas, tal como Sinhazinha, em oposição às mulheres da cidade:

essa formosa dona de dezesseis anos, que encarna o sonho paterno de dignidade e dispõe-se ao perigo, seja embora esposa de um inimigo parente desconhecido, ou seja, na expectativa, sacrificada à virgindade, monja da nobreza e da lealdade, vendo passar ao longe o amor, o lar, a família, a que teria direito, para servir à causa de honra de sua raça violenta... o pecado dos pais, que ela havia de redimir, ou continuar... Belo e violento, sem comparação possível com as outras, essas fúteis bonecas perversas que a civilização deformou, para o prazer criminoso, ou mesmo legítimo, entretanto sem garbo nem poesia... (PEIXOTO, 1975, p. 46. Grifo nosso).

Reside um obstáculo para a efetivação do amor entre Juliano e Sinhazinha: se “o romance materno será continuado por uma tragédia filial”, Sinhazinha encarna a mais perfeita efetivação desta inevitável sina a acompanhar gerações de mulheres. Para Juliano, homem sertanejo, conhecedor das mazelas da civilização corruptora de homens e mulheres (fúteis bonecas), Sinhazinha é a essência do recato e da lealdade sertaneja, disposta ao sacrifício para preservar a “honra de sua raça”.

Ao mesmo tempo, Sinhazinha encarna a mulher possível do novo tempo, idealizada pelo autor, ou a nova Atma, “mulher ideal para rir a felicidade na Terra” (PEIXOTO, 1900, p. 155) e conter racionalmente seus sentimentos mais recônditos, como uma “monja da nobreza” em preservação da família.

Na construção de perfis idealizados, quando não demoníaca e ataçadora do mal iminente, as mulheres são descritas como o anjo de candura, “que não deixa a gente gemer sozinho” (PEIXOTO, 1975, p. 8). Os pares opostos, evidentes nos fragmentos acima, acompanham todo o percurso do enredo novelístico.

Contudo, outras características estereotipadas transitam para compor os demais perfis, sobretudo das personagens, cuja presença tem o objetivo apenas de informar aos (as) leitores (as) sobre a suposta existência de algo inerente a todas as mulheres, “o instinto secreto ou publicado” por comprar:

Nos olhos femininos brilhava a cupidez da ambição de adquirir, comprar, que é o instinto secreto ou publicado de todas as mulheres. Apenas a vontade fraca de indecisão as retinha diante da diversidade de cor, de padrão, de qualidade, sem saber fixar-se, escolher, tomar posse. Mas quando uma avançava a mão, num gesto de tomar ou prender tal objeto ou tecido mostrado, a vontade mais fraca das outras como que irrompia num impulso e as mãos todas se emaranhavam, combatendo a posse da prenda às concorrentes (PEIXOTO, 1975, p. 27).

O relato do narrador sobre a impressão de Juliano deriva das observações do mascate que, no exercício da sua função, ao chegar na fazenda negociou seus produtos com diferentes mulheres. A sanha feminina diante das novidades trazidas da capital da província pelo mascate Juliano possibilitou ao narrador traçar comportamentos comuns e entendê-los como inerentes à natureza feminina.

Por fim, cabe ainda mencionar brevemente o último perfil abordado no romance *Sinhazinha*. Trata-se da personagem Pia, “uma santa”, cuja história também foi contada pelo vaqueiro Tomé ao mascate Juliano. Vítima de intrigas, lançadas por um “caboclo” malvado, Pia foi morta pelo marido, antes da consumação do casamento. Segundo o relato de Tomé, logo após as punhaladas do marido João Itapicuru, as últimas palavras de Pia foram: “Eu te perdo...morro pura como nasci...” (PEIXOTO, 1975, p. 115). Após o assassinato, o túmulo de Pia, conforme a narrativa do vaqueiro, virou local de peregrinação: “Quem passa por aqui [na localidade próxima à fazenda] reza um padre nosso e uma ave maria, põe uma pedra na sepultura da mártir e umas flores. Tenho visto velas acesas... Já lhe fazem promessas” (PEIXOTO, 1975, p. 115). Na condição de mulher martirizada, Afrânio Peixoto subtraiu a Pia sua condição humana, transformando-a em santa cultuada, pura e casta.

Seja na condição de sedutora ou seduzida, passando ainda pelas piedosas martirizadas e gárrulas compradoras de novidades, o romancista cientista encerrou todos os perfis femininos possíveis existentes no sertão. Neles há a iminência da tragédia, causada por um olhar, por uma querência recôndita ou pela beleza avassaladora, cujo início real, absoluto e verdadeiro foi com Pórcia Carolina. Sinhazinha, atrelada na trama a esta última, mesmo como personagem fictícia, adquiriu uma aura de advertência verdadeira, sobretudo para o par homem/Estado, no sentido de modernizar os mecanismos de controle sobre todas as mulheres das grandes cidades.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Cartório dos Feitos Cíveis e Criminais. Série: processos-crime. 1900-1927.

Fontes Impressas:

A IMPRENSA. Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 1312, 26 de julho de 1911.

AFRÂNIO, Júlio. *Rosa Mística*. Leipzig: [F.A. Brockhaus], 1900.

PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*. São Paulo: Clube do Livro, 1978.

PEIXOTO, Afrânio. *Sinhazinha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Livros, teses e artigos

ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. da UNB, 1993.

BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRASIL, R. C. *Literatura e medicina na construção da sensibilidade brasileira oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade do Estado de São Paulo, Franca, 2005.

CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

COTRIM, D. T. *Idílio de Pórcia e Leolino: ponderações sobre as contendas encarniçadas dos Silva Castros e Mouras versus Canguçu e o estudo crítico do rapto da menina Pórcia, a tia de Castro Alves, protagonizado por Leolino Pinheiro Canguçu*. Guanambi: Gráfica Papel Bom, 2005.

COUTINHO, A. Afrânio Peixoto, entre a cidade e o sertão. In: COUTINHO, A. (org.). *Afrânio Peixoto: romances completos*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. p. 11-33.

ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GENS, A. Angélica, rosa e fogo: Afrânio Peixoto em cena literária finissecular. *Soletas*. Dossiê n. 29, Rio de Janeiro, v. 1, p. 80-97, 2015.

MAIO, M. C. Afrânio Peixoto: notas de uma trajetória médica. *Revista da SBPC*, n. 11, p. 75-81, 1994.

MOREIRA, H. M. A.; SILVA, M. de L. Imagens da mulher na ciência e na ficção de Afrânio Peixoto: A esfinge e elementos medicina legal em debate. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 68, p. 305-322, 2016.

PELOGGIO, M.; VASCONCELOS, A. Aspectos estéticos do romance histórico. *Contra Ponto*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-72, 2013.

PESSOA, A. Argila, ou falta uma estrela... És tul. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Ano III, v. 3, n. 1, jan-fev-mar 2006. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/15%20-%20DOSSIE%20-%20ARTIGO%20-%20ANA%20PESSOA.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

RIBEIRO, M. P. *Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, E. G. Ciência, literatura e política em disputa: o texto e o contexto para a definição de “sertão” na obra de Afrânio Peixoto (1910-1911). *Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 50-64, dezembro 2015.

SANTOS FILHO, L. de C. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, P. H. D. *Léguas tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, R. P. da. *As ciências de Afrânio Peixoto: higiene, psiquiatria e medicina legal (1892-1935)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

VENÂNCIO, A. T. A. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 59-73, jul-dez 2005.

Data de submissão: 25/05/2022
Data de aprovação: 23/03/2023

Copyright (c) 2023 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)